

# O governo dos engenhos de açúcar no recôncavo da Guanabara — século XVIII

The government of the sugar  
mill in the Guanabara Recôncavo —  
XVIII Century

**ANA PAULA SOUZA RODRIGUES  
MACHADO**

Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro (UFRRJ) e bolsista da Fundação Carlos Chagas  
Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro  
(FAPERJ)

[anasufrj@gmail.com](mailto:anasufrj@gmail.com)

---

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é de aferir o número de engenhos de açúcar do Recôncavo da Guanabara fluminense, ao longo do século XVIII, assim como analisar os elementos que contribuíram para o bom (permanência) e o mau (falência) governo desses engenhos, tendo em vista que a atividade açucareira foi a porta de entrada para a nobreza do Rio de Janeiro setecentista. Deste modo, tentaremos responder as seguintes perguntas: quantos engenhos de açúcar estiveram em funcionamento na capitania do Rio de Janeiro? Dos que se tornaram fogo morto, ou seja, deixaram de funcionar, quais foram os motivos que levaram algumas famílias à bancarrota? O que fez surgirem novos engenhos? Esclareço que o uso do termo 'governo' fez parte do vocabulário social da época recortada, e que a escolha do verbete não foi ao acaso, sendo utilizado também na esfera doméstica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Engenho de açúcar. Rio de Janeiro. Governo.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to evaluate the number of sugar mills in the Recôncavo da Guanabara fluminense throughout the eighteenth century, as well as to analyze the elements that contributed to the good (permanence) and the bad (bankruptcy) government of these sugar mills. The sugar activity was the gateway for the nobility of Rio de Janeiro in the eighteenth century. In this way, we will try to answer the following questions: How many sugar mills were operating in the Rio de Janeiro captaincy? Of those who became dead fire, that is, they ceased to function, what were the reasons that led some families to bankruptcy? What gave rise to new engenhos? I clarify that the use of the term 'government' was part of the social vocabulary of the ancien regime and that the choice of the term it was not random, being also used in the domestic sphere.

**KEYWORDS:** Sugar mills. Rio de Janeiro. Government.

## O número de engenhos no Rio de Janeiro no século XVIII

Começamos esta análise apresentando um quadro com o número de engenhos em funcionamento nas principais áreas produtoras de açúcar do Rio de Janeiro durante o século XVIII. Extraímos estes números, principalmente, das escrituras de compra e venda de engenhos nos livros de ofícios de nota, do primeiro, segundo e quarto ofício. Dividiu-se a análise em cinco períodos, no intuito de acompanhar as transformações e continuidades ao longo desses 100 anos da economia açucareira fluminense.

**QUADRO 1 — Engenhos por áreas produtoras no Rio de Janeiro (1701-1800).**

ÁREA PRODUTORA/ PERÍODOS	1701- 1720	1721- 1740	1741- 1760	1761- 1780	1781- 1800
ARREDORES DA CIDADE	7	5	3	2	2
GUARATIBA <sup>a</sup>	32	31	29	35	42
IRAJÁ	37	31	28	29	30
INHOMIRIM	6	3	6	5	5
NITERÓI	30	18	11	29	33
MARICÁ	12	11	11	32	55
SANTO ANTÔNIO DE SÁ	11	6	10	17	24
CAMPOS DOS GOYTACAZES <sup>b</sup>	S/I	34 <sup>c</sup>	50 <sup>c</sup>	168	324 <sup>c</sup>
CABO FRIO <sup>b</sup>	1	S/I	S/I	8	19 <sup>d</sup>
ANGRA/PARATY <sup>b</sup>	S/I	S/I	S/I	15	38
<b>TOTAL</b>	136	139	148	340	555

**a** – Inclui a fazenda Santa Cruz nos dados desta área produtora, inclusive para o primeiro período, nos dados fornecidos por Maurício de Abreu (2010). **b** – Desde o início do século XVIII, a Vila de Campos, a Cidade de Cabo Frio e a Vila de Paraty possuíram jurisdição para terem seus próprios cartórios e tabeliães, por isso a defasagem na amostragem para os três primeiros períodos. **c** – FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto:** mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790. c. - 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 75; **d** – Dados retirados do mapa geral de Cabo Frio<sup>1</sup>.

De acordo com Antonil, no decênio de 1710, havia 136 engenhos no território do Rio de Janeiro. Como fica demonstrado no quadro 1, identificou-se o mesmo número entre os anos de 1701 a 1720.<sup>2</sup> Os distritos de Irajá, Guaratiba e Niterói concentraram o maior número de engenhos no primeiro período. De acordo com Abreu (2010, p. 94), estes territórios foram os locais preferenciais para o estabelecimento de fábricas de açúcar desde o início da segunda metade do século XVII. Deste modo, se houve um pequeno crescimento no número de unidades produtivas de açúcar entre 1690 e 1700, na primeira década da centúria seguinte, o cenário foi marcado pela estabilidade na economia açucareira fluminense, tanto na dinâmica das áreas de produção, quanto no número de manufaturas. Contudo, mal findaria o primeiro decênio para que alguns episódios começassem a agitar a cidade de São Sebastião, impactando o cenário que acaba de se descrever.

Entre os anos de 1721 a 1740 foram detectados 139 engenhos no conjunto dos dados. Quando se comparam esses números aos das décadas anteriores conclui-se que a economia açucareira teria passado por mais um período de crescimento. Entretanto, nota-se uma diminuição no número de manufaturas estabelecidas ao redor do Recôncavo da Guanabara, pois, ao se excetuar deste total os engenhos de Campos dos Goitacazes, restariam 105 unidades. Este dado se aproxima dos registros de Rocha Pita (1820, p. 69) ao afirmar que nas primeiras décadas do século XVIII restaram apenas 101 engenhos dos 126 antes estabelecidos no Recôncavo. Niterói destacou-se como localidade com o maior número de engenhos que foram à bancarrota, ou que deixaram de funcionar entre 1721 e 1740. Mas o que teria causado tamanho declínio no número de engenhos situados ao redor da Baía da Guanabara? O que teria originado a bancarrota de mais de 30 fábricas de açúcar? Passa-se, então, à análise do contexto econômico e político desse período, visando responder a tais perguntas.

O alvorecer do século XVIII marcou uma situação crítica em Portugal. Em 1703, por razões de política geoeconômica, Dom Pedro II retirou o apoio que tinha dado a Felipe V para assumir o reino da Espanha e decidiu repassá-lo a Carlos III, este último, candidato alinhado à Inglaterra. Tal ação marcou o envolvimento do reino português na Guerra de Sucessão da Espanha, acarretando em volumosas operações de dívidas e invasões francesas aos territórios lusos na Europa, África e América. Além disso, a participação neste conflito assentou de vez a aliança entre Portugal e Inglaterra, afirmada pelo Tratado de Methuen, em dezembro de 1703. Dentro deste quadro político e econômico, Dom João V, que posteriormente teve seu reinado denomi-

nado como “do ouro”, principiou seu governo em um cenário de “guerra e escassez” (MATTOSO, 1994, p. 177, 413-415; BICALHO, 2003, p. 52-54).

O início do período joanino também não foi de todo favorável aos produtores de açúcar do Estado do Brasil. A descoberta aurífera gerou uma série de mudanças nos quadros econômicos da América Portuguesa, assim como uma sucessão de problemas a serem enfrentados pelo setor açucareiro. Destes reveses, o primeiro a ser listado é o contínuo fluxo de pessoas às Gerais, o que fez recrudescer a produção de açúcar na Bahia e no Rio de Janeiro.<sup>3</sup> Comerciantes, lavradores, membros da elite senhorial, solteiros, casados, enfim, inúmeras pessoas das mais variadas ocupações e estados se lançaram na busca de metais preciosos. O governador do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, escreveu ao rei, em 1702, se queixando da falta de mantimentos, farinha e carne naquela praça, por causa da contínua evasão de pessoas e cabedais em direção às novas minas do ouro (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 73; SAMPAIO, 2003, p. 80-92). O autor anônimo do *Journaul d’um Voyage* (FRANÇA, 1999, p. 64), de passagem pela cidade de São Sebastião no ano de 1703, relatou que, depois da descoberta dos metais preciosos, mais de 10 mil homens abandonaram a cidade, onde, tanto ali, quanto na Bahia e Pernambuco, se abateram a carestia e a consequente inflação nos preços dos alimentos, pois muitos deixaram o cultivo da terra. Sem querer entrar no mérito do alcance desta crise, fato é que ao menos 35 engenhos do Recôncavo da Guanabara deixaram de produzir ao longo do primeiro e segundo decênio dos setecentos.<sup>4</sup>

Outro problema gerado pelas descobertas das veias auríferas foi o aumento do preço dos cativos africanos, que quadruplicou nas três primeiras décadas do século XVIII. Se até 1690, um escravo custava ente 40 e 50 mil réis, em 1730, chegou a custar 200 mil réis (FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 83). Os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro enviaram pelo menos duas cartas ao monarca português em 1722, na qual mencionavam as dificuldades enfrentadas por senhores de engenhos e lavradores devido ao exorbitante preço dos escravos naquela cidade.<sup>5</sup> A crescente demanda por cativos nas áreas de exploração aurífera não só inflacionou o preço como impactou o abastecimento da mão de obra para os senhores de engenho fluminense. Rocha Pita (1820, p. 69), ao mencionar a diminuição de 126 para 101 engenhos, afirmou que o motivo de tal ruína foi a migração de escravos para as áreas de extração do ouro. Em finais do século XVII e início do XVIII, o trabalho do cativo africano era basilar, tanto na cultura canavieira como na lavoura de gêneros alimentícios, mesmo que ainda houvesse a exploração da mão de obra indígena.

O terceiro acontecimento que marcou o quadro político e econômico da capitania no primeiro quartel do século XVIII foi as invasões francesas à cidade do Rio de Janeiro — uma em 1710, comandada por Duclerc, outra, em 1711, liderada por Duguay-Trouin. O envolvimento de Portugal na guerra de Sucessão na Espanha, e sua aliança com a Inglaterra, citada alhures, tornou-o inimigo declarado da França, que, de longa data, cobiçava as possessões lusas no ultramar, além de ter financiado diversos ataques corsários a embarcações carregadas com mercadorias provenientes da América Portuguesa e da África. Bicalho (2003, p. 259-267) afirma que, desde o início da colonização fluminense, mas, principalmente, nos séculos XVII e XVIII, se fazia sentir entre os seus agentes uma onda de temor em relação a sua capacidade de defesa contra ataques de nações estrangeiras. Não à toa, quando o ainda governador da capitania Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho soube da presença de corsários franceses que vinham atacando a costa do Brasil, desde Pernambuco até a barra do Rio de Janeiro, apresando lanchas e sumacas carregadas de gêneros e ouro, escreveu ao rei, em abril de 1710, pedindo informações sobre que medidas tomar para defender a cidade fluminense desses corsários.<sup>6</sup> Fato é que, se o reino enviou resoluções para combater os ataques inimigos, não houve tempo de implementá-las, pelo menos não no Rio de Janeiro, pois cinco meses depois, no dia 11 de setembro, Duclerc e mais 1.200 homens desembarcaram sem maiores problemas na praia de Guaratiba. Alguns dias de caminhada e os franceses alcançaram os muros da cidade, promovendo um ataque que horas depois seria contido pelos súditos e aliados da Coroa portuguesa, os quais mataram a maioria dos invasores e fizeram o restante de prisioneiros.<sup>7</sup>

A praça mal se restabelecera das investidas dos ataques de Duclerc e seus soldados, assim como as pessoas de distinção e sangue que participaram da defesa da cidade pouco chegaram a gozar dos postos militares ou políticos com os quais foram agraciados, quando em 12 de setembro de 1711, uma esquadra francesa constituída por 18 navios rompe a estreita e fortificada barra do Rio de Janeiro. Dessa vez com um efetivo de 3.300 homens, os franceses conseguiram se apossar dos principais pontos de defesa da cidade, o que provocou pavor não só aos moradores como às autoridades, que deram ordem para a total evacuação da urbe carioca, onde, sem maiores dificuldades, os franceses saquearam e incendiaram casas (BICALHO, 2003, p. 268-272).

De igual modo, senhores de engenhos do Reconcavo da Guanabara sofreram grandes prejuízos com a derrota para os invasores. De acordo com Manoel de Vasconcelos Velho, “[...] os moradores de fora também foram

saqueados, desorte que não ficou folego vivo, porque os que iam fugindo, matavam tudo que viam de comer, e assim **ficaram os engenhos sem bois.**” (ARAÚJO, 1820, p. 69 – grifo nosso). Na avaliação dos bens confiscados pelo Fisco Real a José Correia Ximenes, foi constatado que o valor do patrimônio desse cristão-novo poderia “valer menos por terem escapado muitos escravos e gado com a invasão dos franceses”.<sup>8</sup> Destarte, se muitos escravos lutaram ao lado dos portugueses, tanto na invasão francesa de 1710 quanto na do ano seguinte, outros cativos aproveitaram a oportunidade para buscar a liberdade, ou para se aliarem ao inimigo francês, indo à “desforra contra seus senhores”, segundo as palavras de Bicalho (2003, p. 273).

No início de novembro daquele mesmo ano, os franceses deixaram a mui leal cidade de São Sebastião ao receberem 610 mil cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 bois, como haviam acordado com o governador da capitania, quantia esta tendo sido retirada, por empréstimo, dos Quintos Reais, dos cofres dos Órfãos e Ausentes, e de alguns particulares. Para o pagamento deste empréstimo foram impostas diversas taxas aos moradores da cidade e de seus distritos, incluindo o recolhimento de 3% sobre o valor dos engenhos.<sup>9</sup>

Passado os reveses provocados pela invasão francesa, a economia fluminense apresentou significativo crescimento. De acordo com Fragoso e Florentino (2001, p. 73-79), no ano de 1729, os rendimentos da alfândega do Rio de Janeiro ultrapassaram os de Pernambuco e da Bahia; sete anos depois a alfândega carioca seria responsável por mais da metade dos rendimentos das três praças juntas. Os impostos da alfândega são importantes demonstrativos dos rendimentos comerciais do ultramar, o que leva à conclusão de que, desde 1730, a praça carioca tornou-se o centro comercial mais importante da América Portuguesa. Colaboraram para isso as descobertas auríferas, as quais, cada vez mais, passaram a significar uma área comercial a ser explorada com a venda de diversas mercadorias, incluindo o comércio de escravos<sup>10</sup>.

De acordo com Manolo Florentino, Alexandre Vieira e Daniel Silva (FLORENTINO, SILVA, 2004, p. 83), nas primeiras décadas dos setecentos, os negociantes de escravos da Bahia dominaram o lucrativo tráfico para as zonas mineradoras. Contudo, o contínuo aumento do preço dos cativos, o pagamento das mercadorias em ouro (garantidor de altos lucros e liquidez) e a abertura do Caminho Novo, em 1711 (que reduziu em mais da metade o tempo de viagem entre o porto carioca e as Gerais), estimularam a inserção dos comerciantes do Rio de Janeiro nesta atividade comercial. Se, em números absolutos, os portos baianos foram os maiores receptores de escravos das

conquistas americanas até os finais do século XVIII, em termos de média, a quantidade de cativos desembarcada nos portos cariocas apresentou progressiva evolução, superando até mesmo as estimativas dos portos de Salvador, a partir de 1730 (IDEM, p. 83).

Em meio a um cenário comercial tão favorável, ocorreu uma nova expansão do setor açucareiro no decênio de 1740. Tal qual se observa no quadro 1, o número de engenhos aumentou neste mesmo período, alavancado pelo desenvolvimento de um complexo de fábricas de açúcar na região norte da capitania, principalmente em Campos dos Goitacazes, que manteve o maior índice de novos estabelecimentos açucareiros até meados dos oitocentos, como se verá adiante (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 74-75; FARIA, 1998). Embora a economia açucareira no norte da capitania estivesse passando por um período de progresso, mais uma vez observa-se a diminuição no número de manufaturas na área do recôncavo (SAMPAIO, 2003, p. 117). Das 104 unidades que produziram açúcar até 1720, mais sete deixaram de funcionar nos dois decênios seguintes. Ou seja, mais uma vez, excetuando-se os proprietários de Campos, percebe-se que várias famílias deixaram de governar os engenhos nas áreas produtoras tradicionais fluminenses; um decréscimo de 104 para 97, entre 1720 e 1740.

O contexto político que acaba de ser delineado é comumente utilizado para explicar o recuo na agromanufatura fluminense. É elucidativo e explica, em parte, o fato de 28,6% dos engenhos do Recôncavo da Guanabara terem sido “desfabricados” nas quatro primeiras décadas dos setecentos. Acompanhar o funcionamento destas manufaturas e identificar seus respectivos proprietários por meio de escrituras públicas nos auxilia a mensurar os efeitos que estes episódios geraram na economia açucareira, e a avaliar se outros fatores também contribuíram para o encerramento das atividades destas unidades.

Um dos fatores que contribuíram para a diminuição no número de engenhos foi a repressão aos cristãos-novos pelo Tribunal da Inquisição do Santo Ofício nas primeiras décadas do século XVIII. Agindo precipuamente na região centro-sul, os inquisidores realizaram uma série de processos, prisões e confiscos, sobretudo contra aqueles que praticavam o judaísmo. Tal situação não se deu ao acaso, pois, como já se afirmou, neste período, a área experimentava o auge da exploração aurífera e um vultoso crescimento populacional. A maior parte dos cristãos-novos perseguidos residia no Rio de Janeiro, onde formaram uma comunidade coesa e detentora de manufaturas de açúcar nas regiões produtoras tradicionais (Irajá, Guaratiba e Niterói).<sup>11</sup>



Foram identificados 13 engenhos fluminenses governados por cristãos-novos. Estes, em sua maioria, financiaram suas atividades agrícolas por meio do capital mercantil, arrematando contratos e/ou vendendo mercadorias para as áreas mineiras. Como afirmou D. Luís da Cunha em testamento político redigido em 1747, o Rio de Janeiro era a mina dos judeus, os quais, após serem descobertos pela Inquisição, tiveram confiscados seus bens, sendo os principais os engenhos de açúcar “que se perdiam”. Foi necessária a intervenção da Coroa portuguesa para coibir o fisco sobre suas propriedades (CUNHA, 1820).

Dessas 13 unidades produtivas que foram confiscadas pelo Tribunal do Santo Ofício, pelo menos sete “se perderam” e não produziram mais açúcar a partir de 1720, como foi o caso do engenho de Nossa Senhora de Guadalupe, localizado na Ilha do Governador e administrado pelo caixa do contrato dos dízimos reais, José Gomes Silva, que o arrematou em praça pública, em finais do século XVII.<sup>12</sup> No ano de 1702, José Gomes e sua mulher, Isabel de Paredes, registram em escritura pública a transferência de parte do valor do engenho para pagar o dote de sua filha Isabel de Barros, prometido ao contratador Bento de Lucena Montarroio.<sup>13</sup> O casal Bento de Lucena e Isabel de Barros construíram considerável patrimônio — além de senhores de engenho, o que já era fator de “distinção”, estavam entre os grandes proprietários de escravos fluminenses (62 escravos), possuíam 56 cabeças de gado, diversos objetos de ouro e dívidas ativas.<sup>14</sup>

José Pacheco de Azevedo, também responsável pelo contrato dos dízimos reais do açúcar e das minas, vizinho de José Gomes, adquiriu, em 1696, os engenhos de Nossa Senhora da Conceição e São João Evangelista, em Irajá.<sup>15</sup> Tal qual o primeiro senhor de engenho mencionado, José Pacheco de Azevedo possuía mais de 50 escravos servindo-o no engenho, diversas cabeças de gado, casas de morada na cidade e dívidas ativas.<sup>16</sup> Podem ser citados, igualmente, Alexandre Soares Pereira, João Correia Ximenes, José Correia Ximenes, Manoel de Moura Fougça e João Rodrigues do Vale, todos senhores de engenho, acusados e presos no início dos setecentos por práticas de judaísmo, e deportados para Lisboa.

Utilizaram-se de estratégias semelhantes para escavar a mina que encontraram no Rio de Janeiro: casamentos entre membros da mesma prática religiosa, participação no comércio, concessão de empréstimos — até mesmo para membros da nobreza da terra —, elementos que faziam com que as famílias, mesmo que de sangue infecto, tivessem um peso econômico representativo naquela sociedade. Essas famílias tiveram seus negócios

mercantis e agrícolas interrompidos pela ação inquisitorial, fato que justifica a “quebra” de algumas fábricas de açúcar no Recôncavo da Guanabara no início da centúria setecentista (NOVINSKY, 1990; OLIVEIRA, 2016).

Outro elemento decisivo para o fim do governo dos engenhos foi o endividamento. Em uma economia caracterizada pela baixa capitalização, o crédito foi fundamental para organizar a produção açucareira no Brasil. A escassez de moeda, a necessidade de mão de obra escrava e de insumos para o pleno funcionamento das unidades açucareiras fez com que muitos senhores de engenho recorressem a empréstimos (SCHWARTZ, 1988, p. 179). No início do século XVIII o Juízo dos Órfãos foi a principal fonte creditícia do setor açucareiro, instituição controlada pela própria elite senhorial, a qual ocupava seus cargos administrativos e fiscalizadores. Contudo, a partir de 1721, de acordo com Jucá, um novo grupo social passa a controlar grande parte dos recursos disponíveis para o empréstimo: os homens de negócio (SAMPAIO, 2003, p. 190–206). Júlia Ribeiro Aguiar (2015) demonstrou o impacto dessas mudanças no mercado de crédito da nobreza da terra estabelecida na freguesia de São Gonçalo. De acordo com a autora, a progressiva entrada de negociantes na freguesia, atrelada ao capital mercantil, resultou no endividamento das principais famílias e na dificuldade de manutenção das suas unidades produtivas (AGUIAR, 2015, p. 115). Tal fato ocorreu também nos distritos da outra “banda” da Baía de Guanabara: a realização de constantes empréstimos pelo setor açucareiro. Esta constatação nos ajuda a entender o fechamento de algumas fábricas de açúcar, nas primeiras décadas do século XVIII, como consta no quadro 1, principalmente no distrito de Niterói.

O capitão Félix Madeira de Gusmão, por exemplo, senhor do engenho Monteserrate, proprietário de uma das maiores faixas de escravos (25 cativos), em São Gonçalo, tomou pelo menos três empréstimos no início da centúria<sup>17</sup>. No ano de 1716, tomou emprestada a quantia de 1:425\$000, dando seu engenho como garantia de pagamento e sendo credor o capitão Luis Cabral de Távora, seu compadre, vizinho e aliado<sup>18</sup>. Em 1719 contraíu uma dívida no valor de 1:200\$000, dessa vez com o Juízo dos Órfãos. Nesta dívida, seu fiador foi o também endividado Marcos da Costa da Fonseca Castelo Branco, igualmente senhor de engenho, o qual garantiu a dita fiança através da hipoteca de uma morada de casas no Termo da cidade do Rio de Janeiro<sup>19</sup>. Não temos notícias se o capitão Félix Gusmão conseguira quitar os seus débitos, mas, no conjunto das escrituras públicas, desde o ano de 1725 não se obteve mais nenhuma informação sobre o dito engenho.

Em termos jurídicos, o fiador “era o que garantia uma obrigação alheia, mesmo que natural, por uma convenção suplementar, tal obrigação era acessória, subsidiária e solidária” (HESPANHA, 2015, p. 530-535). Todo aquele que pudesse obrigar-se e dispor de seus bens poderia ser fiador. Ao que parece, os senhores de engenho acionavam sua rede de parentesco, com-padro e vizinhança para conseguir fiadores, pessoas que se arriscavam em hipotecar seus bens de raiz e em assumir suas dívidas, caso o devedor principal não realizasse pagamento. O que reforça a afirmação de que o crédito era calcado em relações pessoais<sup>20</sup>.

No dia 5 de maio de 1690, o já referido Marcos da Costa da Fonseca Castelo Branco compareceu ao cartório para reconhecer a dívida de mais de quatro contos de réis que possuía junto a Sebastião da Silveira. Neste dia também concordou que seu credor apreendesse seu engenho por penhora filhada para que a dívida fosse paga, assim os dois assinaram um documento de escritura pública para confirmar a transação<sup>21</sup>. O engenho era o de Nossa Senhora do Rosário, estabelecido na freguesia de São Gonçalo, que desde aquela data passou a ser governado por Sebastião da Silveira<sup>22</sup>. Se em finais do século XVII, Sebastião da Silveira foi credor e executor de dívidas pendentes, no início da centúria seguinte tornou-se devedor. Utilizou pelo menos duas vezes sua propriedade açucareira como garantia de pagamento de empréstimos efetuados. Uma dessas ocorreu no ano de 1701, para quitar as dívidas de Francisco da Silveira, pois era seu fiador. Em 1719, resolveu vender o engenho ao seu cunhado, o capitão Dom Manoel Garcez e Gralha, por 12 mil contos réis, com escritura de outorga dos seus filhos, os quais tinham direito em parte da propriedade pela legítima materna. Todavia, menos de um ano depois, descobriu que os filhos haviam penhorado o engenho em 425\$000, o que fez Dom Manoel desistir da compra. Frente às dívidas, Sebastião vendeu o engenho aos filhos pelo mesmo preço da venda anterior. Descontadas as legítimas e os débitos da fazenda, deveria receber a quantia de 9:975\$000, em janeiro de 1720. Nove anos após a compra, um dos sócios, o tenente Estevão da Silveira faleceu, solteiro e sem herdeiros, afirmou em testamento:

Declaro que governando eu o Engenho e meus irmãos em que éramos todos sócios me ficaram devendo cada um quarenta e três mil réis procedidos da dívida de cem mil réis, por ter eu entrado com eles no dito Engenho, e sessenta e seis mil réis que paguei a Manoel Coelho do Prado de resto de três escravos que lhe comprei para a dita Fazenda por conta

de todos; e os quarenta e três mil réis que pertence a meu irmão o Padre esta pago deles, e os quarenta de meu irmão Joao Batista meus testamenteiros lhe os não peçam porque por esta verba lhe os deixo<sup>23</sup>.

Esse é o único trecho do testamento em que Estevão se refere ao engenho e sua sociedade. Também arrolou dívidas passivas e ativas, mas em nenhum momento mencionou se os mais de nove contos de réis haviam sido pagos ao pai, que inclusive ainda era vivo e fora nomeado como seu herdeiro. A transação parece ter sido uma venda “simulada” ou “fantástica”, em que resultou na continuidade da propriedade agrícola em mãos da família e na renegociação das dívidas entre os novos senhores e credores. Do Padre Sebastião da Silveira e de João Batista Pinto, os dois outros sócios, não encontramos mais registros. Acreditamos que a situação financeira desfavorável delineada desde à época em que Sebastião da Silveira esteve à frente do governo não apresentou sinais de melhoras no governo dos filhos. Assim, a partir de 1730, não detectamos mais nenhum sinal de atividade açucareira no engenho do Rosário.

A possibilidade de realizar o pagamento da dívida em parcelas ou por meio dos ‘prováveis’ rendimentos da safra do açúcar, generalizou a prática de aquisição de empréstimos entre senhores e lavradores. Contudo, esse processo de endividamento, como vimos, demonstrou ser daninho ao bom governo dos engenhos. Já alertava Antonil, nos idos de 1710, que, na lida com a produção de açúcar, os imprevistos como mortes, secas e outros desastres poderiam ocorrer (ANTONIL, 1837, p. 9) e situações que dificultariam o pagamento das dívidas nos prazos combinados, acarretando na cobrança de juros da quantia financiada. Além disso, muitos senhores, para mitigar oscilações dos preços do açúcar e enfrentar as dificuldades, atrasavam os pagamentos das prestações dos empréstimos.

De acordo com Sheila de Castro Faria, o mecanismo de empréstimos a juros gerava um grau de endividamento tal que levou diversos produtores rurais a adquirirem novos débitos para saldar dívidas vencidas e que, por causa disso, muitos permaneceram endividados “por anos a fio” (FARIA, 1998, p. 193). Teresa Cristina Marques alerta para o fato de que caso as dívidas não fossem pagas e nem renegociadas, situações extremas poderiam acontecer. Por exemplo, se “os senhores devessem mais de dois terços do valor estimado do seu patrimônio e não conseguissem negociar novações das dívidas com os credores, tornava-se real a possibilidade de a propriedade ser levada a leilão na praça” (MARQUES, 2014, p. 157).

Identificamos no relatório do Marques do Lavradio, do ano de 1779, 12 engenhos e engenhocas que foram vendidos ou deixaram de funcionar por conta dos débitos.<sup>24</sup> O engenho de Santo Antonio de Jacutinga, estabelecido na freguesia de igual nome, caiu em ruína após a morte de seu senhor, o sargento Francisco Sanches de Castilho, por isso não moeu mais e foi levado à praça em 1771 para satisfazer os déficits junto aos credores. Seu arrematante foi o mestre de Campo do distrito de Guaratiba, Inácio de Andrade Souto-maior, filho secundogénito do morgado de Marapicu<sup>25</sup>. O engenho do Calundu, na mesma freguesia, esteve em estado de ruínas desde 1748, quando por dívidas foi arrematado em Praça, já decadente, pelo capitão Francisco Garcia do Amaral, o qual passou a cultivar mandiocas. Em 1794, seu filho, Antonio Garcia do Amaral, retomou às atividades açucareiras na propriedade, pois foi reconhecido como senhor do engenho, nas visitasões do Monsenhor Pizarro (GALDAMES, 2007).

Interessante também o caso do sargento mor Manoel Pereira de Pinho da Vila de Santo Antonio de Sá. Em 1726, envolto em copiosas dívidas e tendo sofrido penhora em seu engenho, Manoel Pereira requereu à coroa portuguesa mais oito anos para realizar o pagamento a seus credores e assim evitar a execução do restante de seus bens, que eram várias extensões de terras avaliadas em mais de cinco contos. Justificou que havia contraído débitos com várias pessoas, em diferentes prazos de parcelamento, “por causa das muitas e grandes perdas que teve e das muitas pessoas que sendo lhe devedoras de grandes quantias se ausentaram sem lhes satisfazer e também por causa dos muitos escravos que lhe morreram”<sup>26</sup>. De acordo com Manoel, a monta dos “calotes” recebidos chegava a 5:707\$600, o que representava quase a metade (44,7%) do seu saldo devedor, que era de 12:744\$300. O capitão Inocência Martins de Almeida, por exemplo, se ausentou da vila de Santo Antônio e ficou lhe devendo mais de tres contos de réis. Somada às perdas que teria sofrido com a morte de 58 escravos (correspondente a oito contos e 700 mil réis), seus prejuízos, no importe de 14:407\$600, foram maiores do que seu saldo devedor.

Saliente-se ainda que, além das justificativas de cunho economista, o sargento mor finalizou seu requerimento dizendo ser merecedor da mercê “de mais espaços de tempo” para quitação das dívidas que as ordenações do reino, leis imperiais e o próprio monarca costumam conceder aos senhores de engenho. Afirmou que “se não tem feito indigno em razão de ter servido à V<sup>a</sup> Majestade desde o ano de 1705 até o presente de soldado pago capitão e sargento mor da infantaria auxiliar com toda a satisfação e bom

procedimento”. Ao que parece, assim, os súditos da conquista eram sabedores dos privilégios que os serviços régios lhe poderiam auferir. Além do mais, o papel de árbitro desempenhado pelo rei português nas querelas entre credores e senhores de engenho reforçava a ideia de pertencimento e lealdade destes súditos, residentes nos grotões da América portuguesa.

Meses depois, em julho de 1726, a principal credora de Manoel Pereira, a viúva Dona Maria Soares, representada por seu genro, o homem de negócios Manoel da Costa Soares, de igual modo, enviou requerimento ao soberano para concretizar as execuções que moviam contra ele. Manoel da Costa Soares afirmou que mesmo sendo justa a penhora em um engenho de fazer açúcar e 32 escravos, do devedor Manoel Pereira, por conta das ditas dívidas, as execuções não eram efetivadas. Em seu relato afirmou:

(...) se tem corrido todos os pregões duas vezes na dita cidade e na dita vila [Santo Antônio de Sá], e estava para se passar executória para nela se rematar o dito engenho (...); e porque a dita vila se não dá a execução as ordens (...), por serem as justiças da dita Vila muito parciais a muitos e compadres do dito sargento mor, como também por ele nela muito poderoso e juiz dos órfãos e muito respeitado<sup>27</sup>.

De fato, o sargento mor Manoel Pereira de Pinho gozava distinção e proeminência em Santo Antônio de Sá, assim como fora reconhecido como súdito leal pelas Justiças reais, posto que a execução movida contra ele não foi consumada. Destarte, no ano de 1743, passados 17 anos, Manoel Pereira continuava à frente do governo de seu engenho e ainda requereu mais seis anos para não ser vexado nem executado por seus credores.<sup>28</sup>

No Recôncavo da Guanabara, muitos senhores recorreram ao mercado de crédito, contudo nem todos conseguiram arcar com o pagamento de suas dívidas.

Ainda em tempo, João Fragoso elaborou algumas hipóteses para esclarecer sobre o desaparecimento ou perda de engenhos pela nobreza da terra fluminense, sobretudo na segunda metade do século XVIII, nas tradicionais áreas açucareiras (FRAGOSO, 2017, p. 58–107). Para o autor, o crescimento mercantil do Rio de Janeiro, a maior pressão demográfica sobre a terra e a concorrência dos negociantes colocaram em evidência os limites econômicos da capacidade de reprodução social e econômica do grupo dos descendentes dos conquistadores. Uma elite que vivia das rendas dos seus engenhos, de prédios urbanos, dos cargos e ofícios régios viu ruir sua base de

sustentação material ao perder o “monopólio político da câmara, o crédito das irmandades e do ofício dos órfãos” (FRAGOSO, 2017, p. 92-93). Apesar disso, a hierarquia social configurada por tais famílias da nobreza, pautada no trabalho escravo, em privilégios, coisa de diferenças etc., perdurou ao longo do século XIX. Não à toa, ricos e abastados comerciantes abandonaram suas atividades mercantilistas para se tornarem senhores de engenhos e viver de rendas, como veremos adiante.

### Continuidades, transformações: os novos governos dos engenhos fluminenses setecentistas.

Como foi dito, desde 1730, o Rio de Janeiro tornara-se a principal praça comercial da América Lusa e principal centro distribuidor de produtos para mercados regionais. A capitania, desde então, era reconhecida na qualidade de mais importante “encruzilhada do Império” (SAMPAIO, 2003), ou de “cabeça do centro-sul da América Portuguesa”. Enquanto *lôcus* das questões políticas, o Rio de Janeiro passou a subordinar, fiscalizar e administrar todas as capitanias da região sul, inclusive na questão das demarcações de fronteiras das áreas meridionais. Gomes Freire de Andrade transformara a cidade no principal centro administrativo e articulador, entre os mais variados grupos de interesse na área central, sul e meridional da América Portuguesa (1733-1763) (RIBEIRO, 2010, p. 165-190).

No que tange aos aspectos econômicos, a segunda metade do século XVIII marcou o influxo da antiga base agrária fluminense e a consolidação do capital mercantil enquanto principais fontes de riqueza. De acordo com Fragoso, tal assertiva baseia-se nos seguintes acontecimentos: aumento de desembarques de escravos africanos no porto carioca, que se tornaria o principal porto das Américas anos mais tarde; o crescimento dos rendimentos advindos de tributos cobrados ao comércio (dízimos da alfândega, direito dos escravos e passagens em rios em direção às Minas) em detrimento dos agrários (dízimos reais, que tinham como principal produto o açúcar); por fim, “o controle dos nervos da economia escravista mercantil da capitania passaria para as mãos dos negociantes de grosso trato” (FRAGOSO, 2007, p. 35-39).

Foram estas transformações políticas e econômicas que propiciaram o estabelecimento de novos engenhos na capitania fluminense, prin-

principalmente a partir de 1741. A região norte foi a principal responsável pela retomada do crescimento da economia açucareira e pelo estabelecimento de novos engenhos na segunda metade dos setecentos. Como vimos no quadro 1, o número de manufaturas nos Goytacazes mais que dobrou em um intervalo de tempo de dez anos — 55 fábricas em 1769, e 168 no ano de 1778. Entre os anos de 1761 e 1780, pelo menos 118 novos engenhos foram erguidos; 20 anos depois, cerca de 156 foram contabilizados. De acordo com Sheila de Castro Faria, essa rápida expansão da agroindústria açucareira campista foi financiada pelo capital mercantil, ou seja, foram os recursos de importantes negociantes que bancaram a maior parte dos engenhos mais rendosos dos Goitacazes, sobretudo os que foram estabelecidos a partir de 1770 (FARIA, 1998, p. 189–195).

Se nos seiscentos os distritos de Guaratiba, Niterói e Irajá foram áreas tradicionais da lavoura canavieira, e locais preferenciais de estabelecimento da nobreza da terra e de seus aliados, muitos dos que fizeram fortuna com os fluxos comerciais do império e estavam desejosos também em participar da produção de açúcar, em meados dos setecentos, escolheram os distritos mais ao norte da capitania para construir suas fábricas. Não que estivesse se formando uma divisão geográfica entre nobres e comerciantes, como ocorreu em Pernambuco, entre mazombos e mascates, nem que comerciantes de grosso trato não adquirissem fábricas nas áreas do Recôncavo (MELLO, 2003, p. 167–168). Mas, tal como afirmou Fragoso (1998, p. 365), “homens de negócio transformaram seu capital mercantil em produção, o que explica a rápida montagem de sistemas agrário-escravistas-exportadores na fronteira agrícola fluminense”.

Mas havia diferenças substanciais em engenhos fluminenses. Por exemplo, em 1785, mais da metade dos ricos senhores de engenhos dos Goytacazes que participavam (ou ainda exerciam) atividades comerciais tinham naturalidade portuguesa (FARIA, 1998, p. 189–195). Enquanto isso, na freguesia de Jacutinga, por exemplo, tradicional área açucareira, no último decênio do século XVIII, todos os senhores de engenho nasceram em terras da conquista e, pelo menos cinco dos oito senhores, descenderam dos principais da terra (RODRIGUES, 2013). Pode ser, portanto, que os engenhos mais antigos do fundo da baía servissem de reduto de antigas famílias conquistadoras e ao menos alguns deles tentaram segurar suas fazendas.



QUADRO 2 — Novos engenhos na área do Recôncavo (1741-1794).

DISTRITOS/PERÍODOS	1741-1760	1761-1780	1781-1794	TOTAL
<b>GUARATIBA</b>	4	12	5	21
<b>DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ</b>	4	11	11	26
<b>INHOMIRIM</b>	5	3	0	8
<b>MARICÁ</b>	0	22	33	55
<b>IRAJÁ</b>	4	6	5	15
<b>NITERÓI</b>	0	22	16	38
<b>CAMPOS DOS GOYTACAZES*</b>	16	118	156	290
<b>TOTAL</b>	33	194	226	453

\* Como não foi possível acessar as escrituras públicas dos Campos dos Goytacazes, os dados desta localidade foram contabilizados por meio dos indicadores do Quadro 1 e, nesse sentido, existe a probabilidade de que os números de engenhos novos possam ser ainda maiores.

O interesse de comerciantes em se tornarem senhores de engenho não se traduzia exclusivamente na obtenção de lucros comerciais, isso porque as maiores riquezas fluminenses tinham por base o capital mercantil. De tal modo, observa-se que os rendimentos provenientes da alfândega e dos direitos de escravos sobre os caminhos das minas eram bem maiores do que os dos dízimos reais, que tinham o açúcar como principal produto. Ou seja, na segunda metade do século XVIII, no setor mercantil se encontrava a maior possibilidade de adquirir significativas somas de dinheiro (SAMPAIO, 1998). Então, por que comerciantes de grosso trato injetariam investimentos em negócios que dificilmente multiplicariam seus capitais? Qual o motivo de desejarem o trabalhoso e menos lucrativo governo de engenhos? Para Sheila de Castro Faria (1998, p. 193), a resposta encontra-se no prestígio social que a ocupação poderia conferir aos comerciantes e usurários. Porém, além disso, em Guaratiba tratava-se de manter e/ou reatualizar relações sociais geracionais.

O trabalho com as mãos e a obtenção de lucros através da cobrança de juros eram atividades, de certa maneira, ainda consideradas pejorativas

na Época Moderna. Mesmo com a ascendência dos homens de grosso trato, com seu domínio sobre as principais fontes de riqueza, seu controle sobre o mercado creditício, a ocupação de cargos do Santo Ofício e da Ordem de Cristo, não conseguiram obter situação correlativa ao da “nobreza tapuia” na estratificação social (FRAGOSO, 2007, p. 39-44). Ou seja, em uma economia pré-industrial, a riqueza não era o único critério de acesso à elite. Mas, mais do que isso, tratava-se da manutenção de um *ethos* senhorial, referido na noção de casa.

Roberto Guedes e Marcio Soares afirmam que as práticas costumeiras das nobrezas seiscentista e setecentista para ocupar e permanecer na posição cimeira da hierarquia social eram diversas, como se vê na transcrição a seguir:

[...] o parentesco consanguíneo e ritual, as demais alianças locais, os postos na Câmara, os cargos militares e as vinculações com o poder central eram cruciais para a sustentação do lugar social daquela nobreza, para a perpetuação de seus bandos (composto por aliados políticos) e a longevidade de suas casas (*locus* de ordenação social assentado no parentesco e em alianças políticas). Não menos importante era a aliança entre fidalgos e *pretos*. (FERREIRA, 2014, p. 527 – grifos nossos).

A aquisição de uma fábrica açucareira viabilizava o exercício destas práticas costumeiras. Fragoso (2010, p. 254-255) observou que o significado do engenho vai além do âmbito economicista, pois, para os cidadãos, era uma propriedade a serviço do bem comum, da própria monarquia, porquanto a produção de açúcar garantiria o cultivo e o povoamento. Além disso, ainda de acordo com o autor, o governo dos engenhos “podia ser suporte de relações clientelares e de parentesco espiritual entre senhores, lavradores, forros e escravos” (FRAGOSO, 2007, p. 99-104). Um exemplo de como o engenho poderia ser um ponto de convergência das relações sociais no distrito de Guaratiba, em 1797, mostra que, dos 138 fogos localizados em engenhos, 75 (54%) não produziam açúcar, ou seja, os engenhos agregavam outros dependentes. Destes 75 chefes de família, 37 pagavam o foro, que, acrescido de oito produtores de açúcar, totalizam 45 pagantes aos donos de engenhos — mais da metade dos 75. Estes números reforçam a constatação de que, em freguesias rurais, uma significativa parte da população residia em terras pertencentes às famílias senhoriais, ou seja, em torno dos engenhos (RODRIGUES, 2013, p. 36-38).

Em tempo, há que se fazer uma observação quanto à classificação das novas manufaturas de açúcar em Campos, pois existia uma diferença entre “engenhos” e “engenhocas”, diferenciação esta especificada pelo mestre de campo, no relatório enviado ao Marquês do Lavradio.<sup>29</sup> Das 168 fábricas de açúcar por ele arroladas, 52 receberam a denominação de “engenhos”, enquanto outras 116 foram classificadas por “engenhocas que produzem açúcar”. Nas memórias históricas de José de Souza Pizarro observa-se o seguinte relato: “Duas coisas se admiram no continente de Campos: uma delas é a subsistência de tantos engenhos; e a outra, a quantidade de açúcar que faz qualquer pequena fábrica” (ARAÚJO, 1820, p. 119). Sendo assim, a maioria das novas unidades produtivas que surgiram nesse período eram de pequeno porte, localizadas em terras arrendadas. Ou seja, há que se ter cuidado na contagem dos engenhos, pois comumente se tem contado as engenhocas enquanto engenhos, pelo fato delas também produzirem açúcar, contudo, a diferenciação entre tais unidades contava na própria estratificação social campista, na segunda metade do século XVIII. Este mesmo memorialista fez uma interessante descrição de como esses pequenos produtores rurais financiaram a montagem de suas propriedades.

Logo que um indivíduo está de posse de quatro palmos de terra, por acaso próprios, e comumente aforados às fazendas mais notáveis, como são as quatro sobreditas [Fazenda Real, dos Beneditinos Morgado dos Viscondes de Asseca e de Joaquim Vicente], levanta de certo um engenho para trabalhar o açúcar em proveito mais dos mercadores que o animam com o empréstimo do dinheiro, com a fiança de cobre, e dos escravos, que lhe vendem, e com as fazendas necessárias de vestir [...]. A casa de Vivenda do novo Senhor do Engenho é a mesma do engenho, onde qualquer madeira serve, cobrindo-o de palha; e com uma caldeira pequena, com dois tachos semelhantes (que chamam tachas) de cobre e alguns de barro, com um, até dois carros, oito a doze bois, e com quatro escravos; quando muito (porque o pai, a mãe e os filhos valem por muitos escravos) trabalhando com excesso, e sendo eles mesmos os mestres das fábricas; ficam armados e prontos os engenhos das pessoas menos poderosas.<sup>30</sup>

Dentre as fazendas mais notáveis mencionadas por Pizarro, identificamos, para o ano de 1778, as seguintes unidades: a Fazenda Real, sequestrada aos jesuítas, após a coroa expulsá-los do Brasil, a qual possuía

incríveis 1.400 cativos; o engenho dos Beneditinos, com 432 escravos; e o Morgado do Visconde de Asseca, onde 200 escravos pertenciam à sua “casa”. Apesar da estratificação da mão de obra escrava, a produção do açúcar estava generalizada em Campos, posto que engenhocas fabricassem tantas caixas de açúcar quanto os engenhos dos beneditinos ou dos Asseca, por exemplo.<sup>31</sup> Deste modo, mesmo que de pequeno porte, os detentores de engenhocas que produziam açúcar se consideravam portadores do título de senhor de engenho, pois desejavam os privilégios conferidos por tal designação, bem como a proibição da execução de suas propriedades agrícolas por dívidas, mas que os débitos fossem quitados somente nos rendimentos da safra de açúcar.

Os próprios mercadores da vila de São Salvador de Campos reconheciam a diferenciação dentro do grupo social açucareiro e tentaram impedir a generalização do título de senhor de engenho entre os pequenos produtores, porque estes apenas visavam o não pagamento das dívidas aos credores. Para tanto, rogaram ao rei D. José, em requerimento realizado no mês de janeiro de 1777, que não concedesse o mesmo privilégio dado aos senhores de engenho da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco aos donos de engenhoca da dita vila. Apesar de se tratar de um registro elaborado pelos comerciantes para depreciar a condição econômica e social dos senhores de engenhocas, a construção do discurso acabou por fornecer pistas sobre os elementos que geravam distinção social naquela sociedade, com traços de Antigo Regime. No documento, Gregório de Miranda e demais mercadores da vila de São Salvador dos Goytacazes afirmaram que:

[...] havendo ali muitos lavradores pobres, estes apenas têm dois, ou mais escravos armam pequenas engenhocas em que fazem algum açúcar, cultivando assim pequenos terrenos, e devendo tudo quanto tem, porque a sua pequena fábrica não pode sustentá-los; assim mesmo **se tem arrogado por fantasia o título de senhores de engenhos**, quando, aliás, são uns homens tais que passam por auto o pouco açúcar que fazem para fraudar seus credores. (Grifo nosso).<sup>32</sup>

Neste trecho, e ao longo do documento, observam-se as bases do requerimento dos mercadores para que não fosse reconhecido o título de senhor de engenho aos donos das engenhocas: a pouca extensão das suas terras, sendo a maior parte arrendada; o pouco número de escravos, cobres e animais; e, conseqüentemente, a pouca produção de açúcar que delas se extraía. Mas, senhor de engenho era título, ao que tudo indica auto atribuído e

reconhecido pelos comerciantes. A leitura do relatório do Marquês do Lavradio comprova que houve engenhocas com bem mais do que quatro escravos e que produziram tantas caixas de açúcar quanto as “fazendas notáveis”. Não é intenção aqui entrar na temática negociantes *versus* senhores de engenho, mas sim afirmar que a rápida montagem do complexo açucareiro ao norte fluminense gerou uma estratificação social dentro do grupo de produtores e que, portanto, foi preciso bem mais do que produzir açúcar e possuir escravos para ser reconhecido socialmente como um “senhor de engenho”.

Voltando à análise aos distritos mais próximos da Baía da Guanabara, nas primeiras décadas do século XVIII, os distritos da área do Recôncavo sofreram um recuo na produção açucareira. Reflexo disto foi a inatividade de quase  $\frac{1}{4}$  dos seus engenhos. Mas, como se pode observar no Quadro 2, o crescimento foi retomado a partir de 1741. Depois da área de Campos dos Goytacazes, Maricá e Niterói foram as zonas produtoras que totalizaram o maior número de novas propriedades, seguidas por Santo Antônio de Sá e Guaratiba. A par destas informações, gostar-se-ia de responder as seguintes questões: como foram financiados esses novos engenhos? Teria sido de modo semelhante ao dos Goytacazes? Quais foram as implicações envolvidas, já que se trata de áreas produtoras tradicionais?

A primeira constatação é a de que os senhores das novas fábricas exerceram ocupações variadas: comércio, agricultura, ordenanças, cargos públicos. Nem todos descendiam da elite senhorial — até porque “os engenhos de açúcar não eram exclusividade da nobreza principal da terra” —, contudo, e isso é importante, diversos desses novos senhores “talvez fosse[m] de seus bandos” (FRAGOSO, 2005, p. 2046). Tal qual nos Goytacazes, onde produtores mais ricos se aliaram às famílias distintas e há mais tempo estabelecidas na terra pela via matrimonial, para áreas do Recôncavo observa-se que vários senhores que adquiriram engenho na segunda metade dos setecentos teceram algum tipo de relação com as famílias dos principais da terra. Vejamos alguns exemplos:

Um dos engenhos novos de Guaratiba, no último período ilustrado no Quadro 2, em Jacutinga, foi o de José do Rato, sendo governado pelo coronel Antonio de Pina, filho do distinto negociante Brás de Pina.<sup>33</sup>

Brás de Pina, reinol de Lisboa, foi um importante homem de negócios da Praça do Rio de Janeiro, sobretudo a partir da década de 1734, quando obteve, juntamente com Domingos Gomes da Costa, o contrato de monopólio da pesca de baleia no litoral paulista.<sup>34</sup> Por meio destes e de outros rendimentos, Brás de Pina adquiriu extensões de terras em Irajá, na capitania flu-

minense, onde construiu um engenho, prédios urbanos e financiou a abertura do Caminho Novo para as Minas, o que lhe rendeu alguns lotes de terras ao longo deste trajeto, como a sesmaria chamada Madureira. Casou-se pela segunda vez com dona Luiza Bernarda Catarina do Rego, descendente de um ramo secundário de família quinhentista (ELLIS, 2017, p. 107-108)<sup>35</sup>. Não se sabe a data do matrimônio, mas, certamente, fora uma tentativa de estabelecer o vínculo com os que ainda detinham poder de mando na governança da cidade.

Seu filho, Antônio de Pina, construiu respeitável patrimônio na Freguesia de Jacutinga, em finais do século XVIII: herdou a sesmaria de Madureira do seu pai, Brás de Pina (terras que valiam mais do que o próprio engenho), comprou mais terras na localidade e montou o engenho de São José do Rato.<sup>36</sup> Na visita pastoral do Padre Jose Luis de Freitas à Freguesia de Iguazu, em 1812, diz-se que o “coronel Antonio de Pina, de Jacutinga, é ricoço e honrado”.<sup>37</sup> O dinheiro lhe fez rico, mas a honra viria de outras práticas, uma delas a de ocupação de cargos nas milícias locais.

Antônio de Pina destacou-se no serviço militar prestado à res pública por mais de 40 anos, sendo major e capitão que “[...] facilitou as diligências extraordinárias e de maior risco, expondo a vida, e a própria fazenda, como aconteceu por vezes sendo mandado aos sertões e a freguesia de Serra acima para prender desertores, e em outras ocasiões para fazer recrutas [...]”<sup>38</sup>. Por todos estes serviços, em 1806, foi reformado no posto de tenente-coronel, um dos mais importantes da milícia, abaixo somente do cargo de mestre de campo, na época exercido por seu vizinho, Inácio de Andrade Soutomaior.

As milícias foram destinadas a servir os interesses da coroa portuguesa, tais como a manutenção da posse territorial, a ordem e a lei.<sup>39</sup> Não obstante, eram também expressão de poder e do prestígio locais. Recebeu o hábito da Ordem de Cristo com respectiva remuneração (a de 12 mil réis) e foi vereador do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, no ano de 1803, quando fora descrito pelos representantes deste mesmo senado como “de pais muito honrados, muito assíduo no aumento das suas lavouras, e de uma conduta irreparável, [...] deu provas de sua grande prudência, honra e desinteresse”.<sup>40</sup> Seu êxito coroava sua ascendência “de pais muito honrados”. Por fim, casou-se com dona Úrsula Jacinta de Castilho, filha do sargento-mor Francisco Sanches de Castilho, família que fazia parte da elite local, mas passava por momento de decadência.<sup>41</sup>

Filho de um rico comerciante reinol, Antonio de Pina percebeu que vivia em uma sociedade onde as práticas costumeiras da nobreza da terra,

mesmo em finais do século XVIII, ainda geravam, se não riqueza, distinção. Injetou parte do capital herdado do pai para montar uma fábrica de açúcar e, assim, assumir o governo de um engenho. Além disso, prestou serviços à Coroa portuguesa, tanto nas milícias como enquanto vereador, se aliou à elite local via matrimônio, e foi senhor de grande escravaria (119 escravos em 1817).<sup>42</sup> A conjugação de todos esses elementos o fez reconhecido como um dos mais importantes senhores da região e membro da elite local.

Passa-se, a seguir, para a análise de outro exemplo. No quadro 2, nota-se uma quantidade significativa de engenhos sendo construídos no distrito de Niterói a partir de 1761. Dentre eles, destacam-se dois da família Car Ribeiro, na Freguesia de São Gonçalo. A família não era nova na região, desde 1717 assenhoreando o engenho de Nossa Senhora do Desterro, na dita freguesia. Dito isto, pode-se então regressar ao momento de seu estabelecimento na outra “banda” da Baía de Guanabara. De acordo com Marcelo Alves, o reinol Roberto Car Ribeiro passou ao Estado do Brasil nos primeiros anos do século XVIII, onde exerceu cargos e ofícios da administração local. Em 1703, foi nomeado Juiz de Fora, Superintendente do Tabaco e Provedor dos Defuntos e Ausentes, na capitania de Pernambuco, e em 1709, na capitania do Rio de Janeiro, Ouvidor Geral e Provedor dos Defuntos e Ausentes. O exercício destes cargos demonstra a capacidade de circulação dos súditos portugueses nas diversas áreas da monarquia. Mas, Roberto Car Ribeiro, ao se estabelecer no Rio de Janeiro, na primeira década setecentista, teria por intenção obter ganhos com a lucrativa descoberta das áreas auríferas (ALVES, 2014). Utilizou uma das estratégias dos reinóis para adentrar no estreito topo da hierarquia local: o matrimônio. Casou-se antes de 1717 com dona Isabel Rosada de Gouveia, filha de distinta família São Gonçalense. O ofício de escrivão da alfândega e almoxarife foi oferecido como pagamento de parte do dote, sendo ocupado pela família de dona Isabel desde a segunda metade do século XVII.<sup>43</sup> Além disto, a união marital lhe propiciou a entrada no mundo agrícola, em uma das áreas tradicionais do açúcar, visto que herdara o engenho do Desterro, pertencente aos seus sogros. Em setembro de 1720, e já viúvo, se casou novamente, com dona Maria Angélica de Sá Meneses, filha de Luiz Fortes de Bustamante, de família conquistadora das terras de Minas Gerais (ALVES, 2014, p. 113-116). Se não se pode classificar Roberto Car Ribeiro como homem de negócio nem como indivíduo da nobreza da terra, é certo dizer que foi mais um senhor de engenho a exercer múltiplas ocupações (ofícios régios, produtor de açúcar, comerciante), valendo-se dos casamentos para se “igualar” aos principais, pelo menos da freguesia de São Gonçalo.

O desembargador Roberto Car Ribeiro faleceu por volta de 1750, sendo que os filhos do segundo matrimônio continuaram a ampliar a produção açucareira da família. Não se tem a exata informação sobre o total de filhos que ele tivera; Marcelo Alves (2014, p. 115) conseguiu localizar sete, mas estima-se que esse número seja maior. Ao que se sabe, ao menos três foram identificados como senhores de engenho na Freguesia de São Gonçalo, em 1778. O primeiro foi o tenente Francisco Roberto Car Ribeiro, proprietário do mencionado engenho do Desterro, comprado da sua mãe Maria Ângela.<sup>44</sup> A venda de engenhos entre membros da mesma família era uma estratégia para manter o patrimônio nas mãos de um único herdeiro, assim evitando a dispersão dos bens da “casa”. E os demais filhos do desembargador, teriam migrado e posto a “Colônia” em movimento? Pelo menos três adquiriram suas próprias manufaturas nas mesmas terras gonçalenses.

No dia 26 de novembro de 1776, Luiz Car Ribeiro de Bustamante, filho legítimo do sargento-mor Roberto Car Ribeiro e de dona Maria Angélica de Sá, redigiu testamento e nele declarou os bens que possuía: “todos são adquiridos, nenhum deixado nem herdado, sim todos havidos por **compra, negócios e minha agência**”. (Grifo nosso).<sup>45</sup> Um desses bens era o engenho da Conceição, que construía em 1774. Reproduzindo a prática de vendas de bens de raiz entre parentes, disse que vendera o engenho à irmã, dona Luíza Vitória de Bustamante e à sua tia, dona Ana Josefa de Bustamante. De fato, tanto no relatório do Marquês do Lavradio quanto nas visitas de Pizarro, ambas foram reconhecidas como senhoras do engenho da Conceição. Não se teve acesso à escritura de venda, e o testamento não informa os valores, apenas faz menção de que houvera uma entrada, que outra parte seria descontada nas suas legítimas e os demais pagamentos seriam direcionados ao legado de cinco crias, pardas forras, da sua “casa”.<sup>46</sup>

O título de “dona”, conferido às duas personagens, demonstra a prerrogativa social que essas mulheres tinham na hierarquia daquela localidade. Posto que, de acordo com Júlia Ribeiro, se no século XVII mais de 20% das mulheres que foram mães haviam sido reconhecidas pelo pároco como “donas”, em finais do século XVIII somente 8% o foram. Não se tem notícias se Luísa e Ana de Bustamante foram mães, mas os dados demonstram que, no período em que elas viviam, “dona” era um título conferido apenas a mulheres das principais famílias (AGUIAR, 2015, p. 115-117). Aliás, importante ressaltar que o governo dos engenhos não foi exclusivo aos homens, muito pelo contrário, alguns só perduraram por conta do governo das mulheres, e que, muito menos, o comando de fábricas de



açúcar por mulheres tivesse inviabilizado as características da sociedade patriarcal.<sup>47</sup>

Outro engenho novo foi o do capitão Tomás Car Ribeiro, de nome Vera Cruz, de igual modo construído na freguesia de São Gonçalo. De acordo com Marcelo Alves, o posto de capitão da companhia local e a obtenção de sesmaria, no início do século XIX, por Tomás Car Ribeiro, significou que a família ainda teria prestígio, pelo menos em São Gonçalo. Na segunda geração dos Car Ribeiro, os filhos não seguiram uma trajetória de ocupação dos ofícios régios, tal qual o pai, mas sim a carreira militar, o que não deixou de significar prestação de serviços ao rei. Mesmo que na década de 1780 a família tenha sofrido um processo de endividamento, em finais do século XVIII e início da centúria seguinte, a manutenção de seus engenhos, ocupações militares e títulos relativiza a ideia de que estariam decadentes (ALVES, 2014, p. 113-119).

Pelo exposto, é possível concluir que os novos senhores de engenho das áreas açucareiras tradicionais tiveram ocupações múltiplas: comércio, cargos militares, ofícios régios. Uma grande parte, natural das terras fluminenses, teve ascendência na nobreza da terra, mesmo que de ramos secundários e de famílias que teriam seu poder restringido às suas freguesias. Reproduzindo as práticas costumeiras, as quais não se resumiam aos aspectos econômicos, conseguiram pertencer à elite, mesmo que local, e uma delas consistia em governar um engenho, escravos e dependentes.

## Notas

- 1 Conferir ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro** (1502-1700), 2 vol. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, p. 94; **Banco de Escrituras Públicas que envolveram transações com engenho** (1701-1800); GALDAMES, Francisco Javier Müller. **Entre a cruz e a coroa**: A trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói. (Nesta obra encontra-se a transcrição das visitasções do Monsenhor Pizarro, em anexo); **Mapa geral dos fogos, população, engenhos, fábricas, gados e rendimento anual pertencente ao distrito de Cabo Frio**. Localização: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 161, Doc. 12100 [sem numeração]. SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1941. (Brasiliana, v. 210), p. 398.
- 2 Tal como se afirmou no quadro, esse número pode ser um pouco maior devido à falta de informações para os distritos de Angra/Paraty, Cabo Frio e Campos dos Goitacazes.
- 3 A Bahia também teria sofrido problemas semelhantes, com a migração de pessoas em massa para Minas Gerais, a produção de açúcar diminuiu, além de 24 engenhos terem caído em ruína na década de 1710. Sobre os problemas enfrentados na capitania baiana com a descoberta aurífera, ver Ferlini (1988, p. 87-88).
- 4 Antonio Carlos Jucá (2003, p. 80-92) relativiza o alcance e os motivos da crise de abastecimento nas paragens fluminenses. De acordo com o autor, o que ocorreu foi a combinação do crescimento demográfico da cidade com a diminuição da produção de alimentos causada pelo abandono das lavouras, mas, mesmo assim, não se deve falar em fome. Vitorino Magalhães Godinho (1953, p. 85) também já havia assinalado que a alta dos preços dos gêneros alimentícios se deu por conta do desenvolvimento populacional.
- 5 AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 13, D. 144; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 12, D. 1377 (Coleção Avulsos).
- 6 AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 8, D. 887 (Coleção Avulsos).
- 7 Enquanto os portugueses reforçaram a defesa das fortalezas e praias no Termo da Cidade, os franceses preparariam uma invasão pelo desprotegido sertão carioca (BICALHO, 2003, p. 268-269).
- 8 Banco de escrituras públicas. Registro: 250. Referência: BSL, **Anais do Rio de Janeiro**, 5, p. 372.
- 9 AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 9, D. 944 (Coleção Avulsos); (ARAÚJO, 1820, p. 69-70; 125-126).
- 10 Lembramos que o tráfico de cativos para o Rio de Janeiro apresentou índices de crescimento mesmo antes do boom aurífero, “entre 1626-1650 e 1676-1700, o aumento foi de mais de 100 mil cativos africanos aportados (...). Numa cidade com cerca de seis mil cristãos em 1687, o impacto do comércio de gente foi estupendo (...)”. (GUEDES, 2014, p. 137).
- 11 Dos 320 cristãos-novos que residiam no Rio de Janeiro e foram processados pela Inquisição, entre 1701 e 1750, 270 eram naturais da capitania fluminense. Famílias como os Paredes ou Ximenes, por exemplo, já estavam há 3 gerações ali estabelecidas (OLIVEIRA, 2016, p. 48-59; NOVINSKY, 1990, p. 79).
- 12 José Gomes Silva enquanto contratador dos dízimos reais, ver: AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 12, D. 2388-2389. José Gomes da Silva também assenhoreou o engenho São João Batista, em Irajá, contudo o vendeu em 1704, antes de ser preso pela Inquisição (AN, 1ON, 69, p. 35).
- 13 AN, 1ON, 67, p. 159v.
- 14 ANTT. Processo de Isabel da Silva. Código de referência: PT/TT/TSO-IL/028/00698. Processo: 698. Folhas 7v-12. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2300576>. Acesso em: 09 de fev. 2017.
- 15 AN, 4ON, 3A.
- 16 ANTT. Processo de José Pacheco de Azevedo. Código de referência: PT/TT/TSO-IL/028/11683. Processo: 11683. Imagem 59 a 65. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2311879>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- 17 AN, 1ON, 84, p. 127; AN, 1ON, 87; AN, 1ON, 89.
- 18 AN, 1ON, 84, p. 127.
- 19 Para informações sobre os proprietários

de grandes faixas de escravarias e as redes clientelares entre os senhores de engenho de São Gonçalo, ver Aguiar (2015). Marcos da Costa da Fonseca Castelo Branco assenhoreou o engenho de Nossa Senhora do Rosário (AN, 1ON, 83, p. 75v).

**20** Conclusão de Roberto Guedes para as relações de crédito na vila de Porto Feliz, entre os anos de 1798-1850. (GUEDES, 2008, p. 48-58).

**21** AN, 4ON, 1, p. 153; "(...) penhora filhada a que se faz com efetiva apreensão, e tirada dos bens do poder do réu." (SOUSA, 1827, [sem numeração]).

**22** AN, 1ON, 86, p. 195v.

**23** Testamento do Tenente Estevão da Silveira. Conferir o Livro de óbitos da freguesia de São Gonçalo (1729-1742), a partir da folha 99.

**24** Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-1779.

**Revista do IHGB.** Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 289-360.

**25** *Ibidem*, p. 328.

**26** AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 25, D. 5798-5799 [sem numeração] (Coleção Castro e Almeida).

**27** AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 24, D. 5406-5412 [sem numeração] (Coleção Castro e Almeida).

**28** AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 51, D. 12020-12021 [sem numeração] (Coleção Castro e Almeida).

**29** Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-1779.

**Revista do IHGB.** Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 335-341.

**30** *Ibidem*, p. 120-121.

**31** Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-1779.

**Revista do IHGB.** Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 335-341.

**32** AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 101, D. 8707 (Coleção Avulsos).

**33** Testamento do Coronel Antonio de Pina anexado no Inventário. ANRJ – Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ – Inventariado Antonio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817 (sem numeração).

**34** De acordo com Myriam Ellis (2017, p. 99-108), os contratadores eram arrendatários, que, mediante certas condições estabelecidas nas cláusulas contratuais e quantias pagas à Fazenda Real,

arrematavam monopólios e cobrança de impostos. Sobre isso, consultar, também, Rheingantz (1965, p. 124-125).

**35** AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 60, Doc. 5734 (Coleção Avulsos).

**36** ANRJ – Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ – Inventariado Antonio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817 (sem numeração).

**37** ACMRJ. Visitas Pastorais. Ano 1813. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçú. Notação: VP 15 (sem numeração).

**38** AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 236, Doc. 16161 (Coleção Avulsos)

**39** Como consta em um Alvará do príncipe regente D. João, de 1806: "Que [as tropas milicianas] sendo da maior importância assim para a defesa externa, como para a manutenção da ordem interior dos meus domínios da América". AHU, ACL, CU, 17, Cx. 236, D. 16161.

**40** AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 236, Doc. 16161 (sem numeração).

**41** Como foi visto no tópico anterior, a família de Úrsula de Castilho teve o seu engenho executado em dívidas e arrematado em praça, no ano de 1771, após a morte de Francisco de Castilho. AN, 4ON, 27.

**42** Testamento do Coronel Antonio de Pina anexado no Inventário. ANRJ – Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ – Inventariado Antonio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817 (sem numeração).

**43** Para que se tenha noção do valor do dito ofício, depois de viúvo, em julho de 1720, renunciou e transpassou o ofício de escrivão a Francisco Rodrigues da Silva, homem de negócio, no valor de 12:8000\$000. AN, 1ON, 88, p. 120.

**44** Em 15 de abril de 1783, Maria Ângela concedeu escritura de quitação da venda do engenho a seu filho Francisco Roberto Car. O que significa que o seu governo no engenho começou bem antes desta data. AN, 2ON, 112, p. 137.

**45** ACMRJ. Livro de óbitos da freguesia da Sé (1776-1784), f. 9, AP0156.

**46** *Ibidem*, f. 9.

**47** De acordo com Silvia Brügger (2007, p. 49), a estrutura domiciliar e a chefia feminina de domicílios não inviabilizavam a sociedade patriarcal, o que estava em questão era a representação do poder

familiar pelo “patriarca”, o qual possuía a responsabilidade de manter, expandir e perpetuar sua *casa*.

### Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro** (1502-1700), 2 vol. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio/Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- AGUIAR, Júlia Ribeiro. **Por entre as frestas das normas**: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ALVES, Marcelo. **Senhores de Escravos na Banda D’Além**: estratégias de construção do poder senhorial (Freguesia de São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII). 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Seropédica, 2014.
- BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**. Família e Sociedade (São João Del Rey – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
- CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral (Orgs.). **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.
- ELLIS, Myryam. Comerciantes e contratadores do passado colonial. Uma hipótese de trabalho. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 24, p. 97-122. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i24p97-122> Acesso em: 22 Mar. 2017.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- FERREIRA, Roberto Guedes; SOARES, Márcio de Sousa. Tensões, comportamentos e hábitos de consumo na sociedade senhorial da América portuguesa. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil colonial** (1720-1821), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FLORENTINO, Manolo et al. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (século XVIII e XIX). **Afro-Ásia**, n. 31, 2004. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/21072/13664>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- \_\_\_\_\_, João. À Espera das frotas: micro história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600-c.1750). **Conferência apresentada para concurso público para professor titular**. Rio de Janeiro: IFCS, 2005.
- \_\_\_\_\_, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes**. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- \_\_\_\_\_, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. **História**, Franca, v. 34, n. 2, Dec. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920150002000059>. Acesso em: 26 mai. 2015.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões**

- do Rio de Janeiro Colonial:** antologia de textos (1531-1800). Rio de Janeiro: EDUERJ; José Olympio, 1999.
- GALDAMES, Francisco Javier Müller. **Entre a cruz e a coroa:** a trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). **Revista de História**, São Paulo, v. 7, n. 15, 1953. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35730>. Acesso em: 03 Mar. 2017.
- GUEDES, Roberto. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidade de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII-XVIII). In: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto (Orgs.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa** – séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo:** trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.
- HESPANHA, Antonio Manoel. Prefácio. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. António Manuel. **Como os juristas viam o mundo**. 1550-1750. Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes. Lisboa: [s.n.] 2015.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Eram os senhores de engenho caloteiros? Reflexões sobre o crédito e os direitos de propriedade no mundo luso. **História Econômica & História de Empresas**, [S.l.], v. 17, n. 1, jun. 2014. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=259&path%5B%5D=286>. Acesso em: 22 Mar. 2017.
- MATTOSO, José. **História de Portugal**. Vol. 4. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa 1993.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Monique Silva de. **Inquisição e cristãos-novos no Rio de Janeiro:** o caso da família Azeredo (c. 1701-c. 1720). 2016. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- RHEINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro** (séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.
- RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce**. A Administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). 2010. (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- RODRIGUES, Ana Paula Souza. **Famílias, casas e engenhos:** a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguacu e Jacutinga, séculos XVII-XVIII). 2013. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império:** hierarquias sócias e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SCHWARTZ. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Dicionário Jurídico, teórico e prático remissivo às leis compiladas e extravagan-tes**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1827, [sem numeração]. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=KnBFAAAAcAAJ&pg=PP32&lpg=PP32&dq=penhora+filhada&source=bl&ots=Q1UKX-A\\_Id&sig=mxmxFpwkAmKZZgQHieHbNPvUnU0&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewi947Oj\\_aDVahVLf5AKHWIDCN0Q6AEIRDAl#v=onepage&q=penhora%20filhada&f=false](https://books.google.com.br/books?id=KnBFAAAAcAAJ&pg=PP32&lpg=PP32&dq=penhora+filhada&source=bl&ots=Q1UKX-A_Id&sig=mxmxFpwkAmKZZgQHieHbNPvUnU0&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewi947Oj_aDVahVLf5AKHWIDCN0Q6AEIRDAl#v=onepage&q=penhora%20filhada&f=false). Acesso em: 19 jul. 2017.

## Fontes primárias

VIAJANTES E RELATOS DE ÉPOCA

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Rio de

Janeiro: Typ. Imp./Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837.

ARAÚJO, J. de Souza A. Pizarro de.

**Memórias Históricas do Rio de Janeiro.**

Vol. 7. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.

CUNHA, Luís da. **Testamento político ou carta escrita pelo grande dom Luís da Cunha ao senhor rei d. José I antes do seu governo.** Lisboa: Na Impressão Régia, 1820. Disponível em: [http://www.arqnet.pt/portugal/portugal/documentos/dlc\\_testamento2.html](http://www.arqnet.pt/portugal/portugal/documentos/dlc_testamento2.html). Acesso em: 08 fev. 2017.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil.** São Paulo: Círculo do livro, 1982.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822). (2 eds.). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/5/Segunda-viagem-do-Rio-de-Janeiro-a-Minas-Gerais-e-a-Sao-Paulo-1822>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (AN)

Livros de Ofícios de Notas do Primeiro (1O), Segundo Ofício (2O) e Quarto Ofício (4O). Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ – Inventariado Antonio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817. (Sem numeração)

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (ACMRJ)

Livro de óbitos da freguesia da Sé (1776-1784)

Visitas Pastorais. Ano 1813. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu. Notação: VP 15. (Sem numeração).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 13, D. 144 (Coleção Avulsos)

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 12, D. 1377 (Coleção Avulsos)

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 8, D. 887 (Coleção Avulsos)

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 9, D. 944 (Coleção Avulsos)

AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 25, D. 5798-5799 [sem numeração] (Coleção Castro e

Almeida)

AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 24, D. 5406-5412 [sem numeração] (Coleção Castro e Almeida)

AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 51, D. 12020-12021 [sem numeração] (Coleção Castro e Almeida)

AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 12, D. 2388-2389 (Coleção Castro e Almeida)

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 101, D. 8707 (Coleção Avulsos)

AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 60, Doc. 5734 (Coleção Avulsos)

AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 236, Doc. 16161 (Coleção Avulsos)

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 161, Doc. 12100 [sem numeração] (Coleção Avulsos)

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT)

ANTT. Processo de Isabel da Silva. Código de referência: PT/TT/TSO-IL/028/00698.

Processo: 698. Folhas 7v-12. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2300576>.

ANTT. Processo de José Pacheco de Azevedo. Código de referência: PT/TT/TSO-IL/028/11683. Processo: 11683. Imagem

59 a 65. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2311879>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Recebido em: 15/11/2018

Aprovado em: 19/11/2018